

Desafios da Educação Escolar Indígena

A publicação do Dossiê *Formação e Trabalho de Docentes Indígenas* neste número da *Retratos da Escola*, revista da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação – CNTE, representa o nosso reconhecimento da importância do desafio que constituem tanto a graduação específica para professores e professoras indígenas, como a garantia de uma situação funcional condigna para o seu exercício, ou seja, a construção de escolas indígenas e a organização da educação escolar indígena em Territórios Etnoeducacionais.

Devemos às professoras Andréia Nunes Militão, Ozirlei Teresa Marcilino e Valeska Maria Fortes de Oliveira a organização primorosa deste trabalho. As autoras iniciam o Dossiê com uma elucidativa exposição sobre a situação da população indígena no país, bem como das suas escolas e dos/das professores/as. Questões que dizem respeito à modalidade Educação Escolar Indígena no nosso país são destacadas pelas autoras e pelos artigos que constam do Dossiê com muita propriedade, pois a educação nas comunidades indígenas é parte de um resgate histórico necessário, que brasileiros e brasileiras devemos entender, quando se trata de educação em Territórios Etnoeducacionais. Ailton Krenak nos ilumina nessa discussão em sua declaração sobre as crianças indígenas: “não são educadas, mas orientadas. Não aprendem a ser vencedores porque, para uns vencerem, outros têm de perder. Aprender a partilhar o lugar onde vivem e o que têm para comer. Têm o exemplo de uma vida onde o indivíduo conta menos do que o coletivo” (KRENAK, 2018).

Conforme a legislação brasileira em vigor, Resolução CNE/CP n. 1, de 7 de janeiro de 2015, que *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências*, a formação

deve ser realizada em cursos específicos de licenciatura de nível médio e pedagogias interculturais e, quando for o caso, em outros cursos de licenciatura, programas especiais de formação pedagógica e aproveitamento de estudos, ou ainda, excepcionalmente, em outros cursos destinados ao magistério indígena de nível médio nas modalidades normal ou técnica (BRASIL, 2015).

São indicações importantes, mas que precisam, aos poucos, ser ampliadas para uma formação no Ensino Superior. Esse desafio ainda encontra dificuldades, dada a necessária ampliação da oferta de Ensino Médio e dos anos finais do Ensino Fundamental nas Terras

Indígenas, para que mais candidatas/as à docência possam ter a sua formação básica em Territórios Indígenas, propiciando condições de transmitir os valores próprios das suas culturas, tais como a colaboração, e não a competitividade, a solidariedade, o compartilhamento dos bens e o predomínio do coletivo em relação ao individual.

O movimento organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, de defesa do reconhecimento do seu direito a língua materna, sua cultura e suas tradições, tal como estabelecido na Constituição Federal de 1988, traz significativas contribuições para a sobrevivência e o restabelecimento cultural desses povos, tão vilipendiados pelo colonialismo que por séculos os secundarizou. Lutam hoje pela revogação da Lei do Marco Temporal (Lei n. 14.701/2023), pelo fim da Câmara de Conciliação no Supremo Tribunal Federal e pelo seu protagonismo na COP30.

O Censo Escolar do INEP/2023 evidencia conquistas, ainda iniciais, relacionadas à escolarização indígena e ao respeito da condução das políticas e programas em curso no Ministério da Educação. Exemplo disso é a ação conjunta entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão – Secadi/MEC, que culminou no Edital Parfor Equidade (nº 23/2023), no qual foram aprovados, em 2024, 39 cursos de Licenciaturas e Pedagogias Interculturais Indígenas a serem ofertados por 39 Instituições de Ensino Superior, nas cinco regiões do país.

Apesar de os dados indicarem um avanço significativo na qualificação profissional dos/das docentes, os números ainda demonstram a necessidade de forte investimento em políticas de formação de professores e professoras da Educação Escolar Indígena. Uma recente Instrução Normativa emitida pela União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME sobre a manutenção das escolas do campo, das águas e das florestas, de 22 de abril de 2025, pode significar uma tomada de consciência nacional muito significativa a respeito da situação em que se encontram tais funcionamento e manutenção. São, efetivamente, notícias que dão esperança para a mudança de uma situação de descaso e acobertamento do que tem sido a vida dos povos que habitam o Brasil desde seus primórdios.

Além do Dossiê contendo nove artigos, esta edição também contempla a diversidade de abordagens e experiências na Educação Básica, por meio da publicação de sete artigos na seção Espaço Aberto, quatro Relatos de Experiência e uma Resenha.

Os textos que integram a seção Espaço Aberto abordam temas de grande relevância para o debate contemporâneo sobre a educação brasileira. Destacam-se análises críticas das reformas educacionais de cunho empresarial, como o artigo de Gabriel Grabowski, bem como estudos sobre políticas públicas, a exemplo da avaliação do Plano Estadual de Educação de Minas Gerais, apresentada por Robson Vieira Marques, Daniel Santos Braga e Pauliane Romano. Outros trabalhos trazem contribuições históricas e sociológicas, como a análise de Juarez José Tuchinski dos Anjos sobre desigualdades educacionais em Brasília nas décadas de 1960, e abordagens voltadas a escuta e participação dos e das estudantes,

como o estudo de Eduardo Donizeti Giroto, Felipe Garcia Passos, Isabel Furlan Jorge e João Victor Pavesi de Oliveira, sobre o Programa Ensino Integral paulista. Já o texto de Maria Leticia C. de Almeida Machado, Paula da Silva Cid Lopes e Valéria Rosa Poubell problematizaram os desafios da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Karine Madalena Martins, Aline Madalena Martins e Maria Sirlene Pereira Schlickmann analisaram as práticas pedagógicas e questões de alfabetização do/a segundo/a professor de turma. A diversidade de temáticas se amplia com o artigo de Jocicleide de Sousa Freitas e Tadeu João Ribeiro Baptista, que propõem reflexões sobre a prática esportiva, especificamente a corrida de rua, como estratégia pedagógica no espaço escolar.

Os *Relatos de Experiência* reforçam a importância da escuta sensível às práticas docentes e às singularidades dos territórios, como evidenciam o trabalho desenvolvido em Cabinda (Angola) por Fernando Abel Mavungo e Suzana dos Santos Gomes e as reflexões sobre educação antirracista na Educação Infantil trazidas por Heloísa Ivone da Silva Carvalho, Franceila Auer e Vania Carvalho de Araújo. As experiências narradas também demonstram o impacto de programas como o PNAIC na formação de professores/as, conforme a contribuição de Angelita Aparecida Souza Vieira, e o potencial crítico de projetos com temáticas socioambientais, como o relato de Bruna Marques Duarte e Luciano Carvalhais Gomes.

A edição se encerra com uma resenha da obra *Rosa Parks*, de Mária Isabel Sánchez, elaborada por Larissa Gerasch. A resenha ressalta a relevância da representatividade negra nos livros destinados ao público infantil, contribuindo para uma formação leitora mais plural e democrática.

Todas as contribuições aqui reunidas passaram pela avaliação por pares, de acordo com os critérios editoriais que norteiam as publicações científicas no país. A *Retratos da Escola* agradece a confiança de autores, autoras e pareceristas envolvidos/as neste número, reafirmando seu compromisso com a produção acadêmica crítica, ética e comprometida com os direitos educacionais de todas e todos.

Boa leitura!

Leda Scheibe

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 1, de 7 de janeiro de 2015*. Define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Médio integrado à Educação Profissional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 8 jan. 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16870-res-cne-cp-001-07012015&category_slug=janeiro-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 25 abr. 2025.

KRENAK, Ailton. Somos índios, resistimos há 500 anos. Fico preocupado é se os brancos vão resistir. *Portal Geledés*. 22 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/somos-indios-resistimos-ha-500-anos-fico-preocupado-e-se-os-brancos-vaao-resistir/>>. Acesso em: 25 abr. 2025.